

Duas viagens, um destino, Moçambique

Regina Zilberman

Recebido 27 fev. 2008 / Aprovado 03 abr. 2008

Resumo

Duas viagens, ocorridas entre 1550 e 1560, levaram dois aristocratas portugueses da Índia para a costa oriental da África, hoje Moçambique: a do militar Manuel de Sousa Sepúlveda e a do sacerdote D. Gonçalo de Oliveira. Jerônimo Corte Real narra a primeira viagem em Naufrágio do Sepúlveda, em 1594; Mia Couto, a segunda em O outro pé da sereia, em 2006. As duas obras expressam o modo como se manifestam as relações entre Europa e África.

Palavras-chave: *Relações Europa-África. Representação. Hibridismo.*

“E esse sangue não era de um
homem mas de todo um continente escravo.”

(Mia Couto)

1. A primeira viagem - naufrágio

Em 24 de junho de 1552, o galeão São João, proveniente da Índia, naufragou no litoral das costas da África, nas vizinhanças do Cabo da Boa Esperança ou das costas do Natal, região hoje situada na África do Sul, próxima às fronteiras com Suazilândia e Moçambique. Entre os naufragos, encontravam-se o capitão Manuel de Sousa Sepúlveda, sua esposa, Leonor de Sá, e os dois filhos do casal. Além de soldados e escravos, o barco transportava muita carga, o que parece ter sido a causa do naufrágio. A maior parte dessa tripulação alcançou a terra, mas, depois de atravessar largo trecho do continente africano, não sobreviveu, incluindo-se nesse grupo Sepúlveda, a esposa e as crianças.

Naufrágios sacrificaram muitos navegadores, militares e colonizadores, desde que se expandiu a aventura marítima dos descobrimentos. Se, antes, tinham sido matéria de epopéias na Antigüidade, como a *Odisséia*, de Homero (século VIII a. C.), maior razão havia para, após o século XV, quando se atingiam as praias do Novo Mundo e os portos asiáticos, após ter sido suplantado o circuito da África, naufrágios constituírem assunto de narrativas de viagem e de reconhecimento dos territórios recentemente ocupados por europeus. Dessa matéria nutrem-se, assim, relatos autobiográficos, como o de Hans Staden, ou epopéias, como a de Jerônimo Corte Real, relativa ao destino de Manuel de Sepúlveda. No contexto da conquista do território americano ou das poderosas e opulentas regiões asiáticas, naufrágios deixavam de ser produto da fantasia ou evento distante, que ameaçava heróis de antanho, mas realidade corrente, que podia acontecer a conhecidos ou a familiares.

Assim, o naufrágio do galeão São João logo se torna tópico de narrativas e poemas, como ocorre à folha volante, de autoria anônima e datada de 1555, que, segundo J. Cândido Martins, obteve sucessivas edições (MARTINS, [200-]). Luís de Camões (1524(?)-1580), por seu turno, confere status artístico ao relato do evento, ao introduzi-lo no canto V de *Os Lusíadas*, em 1572. As estâncias 46, 47 e 48, proferidas por Adamastor, resumiam o episódio:

Outro também virá de honrada fama,
Liberal, cavaleiro, enamorado,
E consigo trará a formosa dama
Que Amor por grã mercê lhe terá dado.
Triste ventura e negro fado os chama
Neste terreno meu, que duro e irado
Os deixará dum cru naufrágio vivos
Para verem trabalhos excessivos

Verão morrer com fome os filhos caros,
Em tanto amor gerados e nascidos;
Verão os Cafres ásperos e avaros
Tirar à linda dama seus vestidos;
Os cristalinos membros e perclaros
À calma, ao frio, ao ar verão despídos,
Depois de ter pisada longamente
Co'os delicados pés a areia ardente.

E verão mais os olhos que escaparem
De tanto mal, de tanta desventura,
Os dois amantes míseros ficarem
Na férvida e implacável espessura.
Ali, depois que as pedras abrandarem
Com lágrimas de dor, de mágoa pura,
Abraçados as almas soltarão
Da formosa e misérrima prisão.
(CAMÕES, 1956, p. 178-179)

Adamastor profetiza os males de que serão vítimas os portugueses na altura do cabo da Boa Esperança, ainda indomado mesmo após a travessia de Vasco da Gama, sendo a desventura de Sepúlveda um de seus exemplos. Talvez por essa razão o poeta tenha alterado o local onde se passou o naufrágio, deslocando-o da costa oriental da África para uma região situada mais a sudoeste, de onde os sobreviventes se dirigem para o Norte, rumo ao rio Lourenço Marques, hoje rio Maputo, em Moçambique, na tentativa, frustrada, de chegarem a algum porto que os devolvesse à Europa.

É irrelevante a circunstância de Adamastor carrear para sua área de influência geográfica o fato que vitimou Sousa Sepúlveda e seus comandados. Importa que Camões estabeleceu os paradigmas que assinalam, doravante, o tratamento do tema:

- a apresentação de Sepúlveda como herói e cavaleiro, apaixonado por sua esposa, “dama formosa”;
- a indicação do destino cruel de que são vítimas, pois sobrevivem ao naufrágio, mas passam por “trabalhos excessivos”;
- o testemunho, pelos pais, da morte de seus filhos;
- a denúncia da ação mal intencionada dos cafres, capazes de atitudes indecorosas, como a de se apossarem das vestes da “linda dama” Leonor de Sá, não nomeada no poema;
- a qualificação negativa dos cafres, definidos como “ásperos e avaros”, em decorrência de seu comportamento perverso;

- a exposição da nudez de Leonor, facultando ao poeta descrever seu corpo, cujos “membros” são “cristalinos” e os “pés”, “delicados”;
- a morte do casal, cujos intensos sofrimentos comovem até as pedras.

O episódio ocupa apenas 24 versos em *Os Lusíadas*; no entanto, sua popularidade, somada ao prestígio que lhe confere o poeta, fecunda o tema, de que são exemplos a *Elegíada*, de 1588, de Luís Pereira Brandão (1530/1540-?), o *Naufrágio do Sepúlveda*, de Jerônimo Corte Real, de 1594, a *História Trágico-Marítima*, de Bernardo Gomes de Brito (1688-1759), de 1735-36, entre autores portugueses, e *Jerônimo Corte Real, Crônica portuguesa do século XVI*, de 1840, de João Manuel Pereira da Silva, entre os brasileiros (MARTINS, [200-]). De seu desenvolvimento, resulta uma representação do mundo africano, especialmente da África Oriental, de que faz parte Moçambique, com conseqüências na percepção do confronto entre civilizações diferentes e na criação de imagens de uma relação nem sempre pacífica.

2. Em terra firme, mas hostil

A biografia de Jerônimo Corte Real está cercada de alguma lenda. Diogo Barbosa Machado, no século XVIII, informa que o poeta deixou “célebre o seu nome em África e Ásia quando foi Capitão Mor de uma armada no ano de 1571, em cujos heróicos teatros triunfou sempre a sua espada dos inimigos da Coroa” (MACHADO, [200-], v. 2, p. 495). Ferdinand Denis reitera os dados apontados por Machado, acrescentando que participou da batalha de Alcácer Quibir, foi aprisionado pelos “bárbaros” e recuperou a “liberdade à época do resgate geral dos prisioneiros” (DENIS, 1826, p. 261). Estudiosos contemporâneos questionam alguns desses fatos, mas reiteram o passado militar e a procedência ilustre do poeta, descendente de família aristocrática e tradicional, bem como sua associação com o poder. Desconhece-se a data precisa de seu nascimento, ocorrido por volta de 1530; sabe-se, porém, que morreu em 15 de novembro de 1588. Partidário de D. Sebastião(1554-1578), aparentemente Corte Real não teve dúvidas em aderir ao governo de Felipe II (1527-1598), a quem manifestou fidelidade (ALMEIDA, 1979, p. V-XXXIV; ALBUQUERQUE, 1995, v. 1, p. 1310-1312).

O *Naufrágio e lastimoso sucesso da perdição de Manuel de Sousa Sepúlveda e Dona Leonor de Sá sua mulher e filhos vindo da Índia para este Reino na nau chamada o galeão grande S. João que se perdeu no cabo de Boa Esperança na terra do Natal. E a peregrinação que tiveram rodeando terras de cafres mais de 300 léguas até sua morte* foi publicado postumamente, em 1594, contendo dezessete cantos, protagonizados pela personagem destacada no título. A primeira parte, transcorrida na Índia, narra o casamento de Sepúlveda

com Leonor, a que os amantes chegam após ter o rapaz suplantado o adversário preferido pelo pai da moça. Depois de algum tempo, o casal decide retornar a Portugal, embarcando no porto de Cochim; entre os cantos VI e VII, acontece o naufrágio, os sobreviventes chegam à praia e têm o primeiro confronto armado com os cafres, sendo vencedores. Decidem deslocar-se na direção do rio Lourenço Marques (rio Maputo, atualmente), “Determinam buscar um grande rio/ Que de Lourenço Marques tinha o nome [...]” (CORTE REAL, 1979, p. 685), mas a longa travessia abate aos poucos o grupo, que se dispersa ou é dizimado. Nos últimos cantos, Sepúlveda, Leonor e os filhos estão acompanhados apenas por alguns escravos. São mais uma vez vítimas dos cafres, que protagonizam a cena antecipada por Camões: Leonor é deixada sem roupas e, prostrada pelas sucessivas desgraças e pela fome, morre. Antes disso, o casal perde o filho mais velho; ao final, Sepúlveda e a outra criança também falecem.

Corte Real é tido como leitor e admirador de Camões, cujas pegadas procura seguir em seus versos. Reconhecem-se, com efeito, vários sinais de que *Os Lusíadas* constituía o principal modelo daquele autor, a começar pelo tema escolhido, cuja identificação com Camões esclarece-se desde a alusão ao cabo da Boa Esperança, mencionado no título e relativo ao gigante Adamastor, que relatara as desventuras do casal Sepúlveda. Também como Camões, Corte Real mescla eventos históricos e mitologia grega. Assim, se Baco provocou os vários obstáculos que Vasco da Gama supera com a ajuda da deusa Vênus, a ninfa Anfritite, com ciúmes de Leonor de Sá, por quem Proteu se apaixonara, e contando com a colaboração de Éolo, leva o barco a se chocar contra as rochas do litoral africano. Não se esgota aí o apelo à mitologia: nos últimos cantos, é Apolo quem se enamora de Leonor de Sá, ficando a lamentar sua morte.

A leitura e a admiração por Camões aparecem ainda em outros momentos da obra: nos cantos XIII e XIV, Pantaleão de Sá, um dos guerreiros que acompanha Sepúlveda e é igualmente vítima do naufrágio, tem acesso à narração da história de Portugal, que retroage ao fundador do reino, D. Afonso Henriques, e, depois, avança até o desastre de Alcácer Qubir, ocorrido em 1578, portanto, 25 anos depois dos eventos relatados na epopéia de Corte Real. Essa narração, por sua vez, amalgama dois momentos de *Os Lusíadas*, já que a recuperação do passado depende, nos versos de Camões, do relato que o Gama faz ao rei de Melinde, nos cantos III, IV e V, enquanto que a visão profética é matéria do Canto X de *Os Lusíadas*, quando os nautas lusitanos encontram-se na Ilha dos Amores. Por sua vez, Corte Real situa o militar português em uma caverna, “uma cova escura” (CORTE REAL, 1979, p. 739) onde tem acesso ao passado e ao futuro em uma única oportunidade.¹

¹ Em *O Uraguai*, Basílio da Gama (1740-1795) emprega o expediente da caverna, onde a feiticeira Tanajura, no canto III daquela epopéia, enseja a Lindóia, enlutada com a morte de seu amado Cacambo, a visão do futuro de Portugal, incluindo-se aí o terremoto de Lisboa e a expulsão dos jesuítas. Pode-se cogitar que Basílio da Gama fosse leitor de Jerônimo Corte Real, assim como esse poeta foi leitor de Luís de Camões.

Corte Real paga igualmente sua dívida para com o romance pastoril, em ascensão na Europa da segunda metade do século XVI, haja vista os precedentes de Bernardim Ribeiro (1482?-1552?) e de Sá de Miranda (1481/1485?-1558?), e a subsequência de Francisco Rodrigues Lobo (1573/1574?-1622?), cujo *O pastor peregrino* data de 1608. O *Naufrágio do Sepúlveda* inclui, nesse sentido, um longo trecho em que Pan verseja sobre a paixão que nele provoca Leonor de Sá.

A interpolação da história de Portugal, das lamúrias dos apaixonados de Leonor de Sá, extraídos da mitologia, como Proteu, Pan e Apolo, e das convenções da narrativa épica no século XVI sugere uma narrativa desatada. Não é o que acontece, pois um fio atravessa a obra inteira, conferindo-lhe unidade: são os eventos que, primeiramente, dão conta das dificuldades vencidas por Sepúlveda para casar com sua amada, depois, os confrontos que lhe cabe vencer para atravessar parte do continente africano, em busca de salvação, após o naufrágio de sua nave. Entre um episódio e outro, porém, Corte Real não deixa de evidenciar seu conhecimento das regras já canônicas, provenientes de modelos clássicos, como a visão profética do futuro, que remonta à *Eneida*, de Virgílio (70 a. C.- 19 a. C.) e foi explorada por Camões, ou a presença de figuras relacionadas à vida pastoril, que encontram em Teócrito (310 a. C.- 250 a. C.) e, de novo, no Virgílio das *Bucólicas*, seus precedentes mais notáveis. O Renascimento pôs novamente em voga esses processos narrativos, e Corte Real, homem culto e educado, pertencente à antiga nobreza lusitana, não poderia deixar de utilizá-los.

Se a mitologia e a história permeiam a epopéia, essa refere-se principalmente às desventuras da família Sepúlveda em África, que, antes do *Robinson Crusoe*, de Daniel Defoe (1660-1731), experimentou as conseqüências de se deparar com um território inóspito, mas, ao contrário do arguto comerciante inglês, não soube encontrar alternativas de sobrevivência. O que Sepúlveda e seus comandados, entre os quais se destaca Pantaleão de Sá, já citado, aprenderam foi a lutar com armas modernas, mas essas parecem não ter sido suficientes para o sucesso no empreendimento da sobrevivência.

Náufragos a partir do canto VI, as personagens não deixam mais a África. Essa é representada por seus habitantes, denominados, tal como procedera Camões, indistintamente cafres, vocábulo que, atualmente, tem sentido pejorativo, conforme registram os dicionários de Caldas Aulete – “homem ignorante, rude, bárbaro” (AULETE, 1958, v. 1, p. 778), Antônio Houaiss – “Derivação: sentido figurado. Uso: pejorativo: Indivíduo rude, ignorante” (HOUAISS, [200-]) e Aurélio Buarque de Holanda: “Pessoa rude, bárbara, ignorante” (HOLANDA, [200-]). O *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa* explicita a etimologia da palavra, de origem árabe, significando “infiel”, “incrédulo” e

“não muçulmano”; e apresenta a história do vocábulo, utilizado a partir de 1516, para indigitar o negro, uso que se propaga a partir do século XVI, com pequenas variações semânticas no século XVII.

Chama a atenção a circunstância de que tenha sido a palavra de origem árabe a escolhida para designar, na língua portuguesa, o negro africano. Os dicionários de Houaiss e de Aurélio apresentam, como conteúdo primeiro do vocábulo, as definições a seguir:

1. indivíduo de uma população africana banta, afim dos zulus, não muçulmana, do Sudeste da África. 2. indivíduo de raça negra. 4. língua banta falada pelos cafres. 6. relativo à Cafraria (‘antiga região do Sudeste da África’). (HOUAISS, [200-])

2. Nome dado pelos islamitas aos gentios e idólatras, e por ext., aos negros pagãos da África oriental; aplica-se, sobretudo, às populações bantas de Moçambique, da África do Sul e dos demais países do sudeste da África. 2. O natural ou habitante da Cafraria, denominação que, no passado, se dava à região entre o rio Kei e os limites da província de Natal, na África do Sul; xossa. (HOLANDA, [200-])

Ao se referir ao cafre, Corte Real está, pois, utilizando o termo então já consagrado para significar o habitante da região por onde Sepúlveda passou, a sudeste da África. O poeta designa-os segundo o olhar do colonizador, que se defronta com um povo que desconhece, mas que aparece a ele previamente definido como pagão, idólatra e, sobretudo, ameaçador. Quando desembarcam, os militares deparam-se de imediato com o inimigo, qualificado nessa oportunidade como “malditos cafres” (CORTE REAL, 1979, p. 643), a quem os portugueses recebem com golpes de espadas; nas cenas subsequentes, enfrentam os cafres que passam por seu caminho, que, assim, se torna penoso e perigoso. Em poucas ocasiões, os moradores mostram-se cooperativos, ajuda que, via de regra, custa caro aos sobreviventes, pois precisam, de algum modo, comprar a colaboração dos nativos. Esses, na maioria das vezes, oferecem resistência; ou, então, atraíam os lusitanos, simulando o amparo que não se concretiza.

O conflito com os cafres atravessa a narrativa desde o canto VIII, culminando na oportunidade em que atacam os remanescentes do grupo. O narrador descreve sua chegada com palavras que antecipam o comportamento selvagem dos nativos:

Correndo a pressa vem do mato espesso
Cafres, que roubar tem só por ofício
Saltam matos daqui, e dali saltam
Com terríveis medonhas e altas gritas.
(CORTE REAL, 1979, p. 849)

Os versos seguintes estabelecem uma analogia entre os seres humanos e os cães de caça, adiantando o ataque à família de Sepúlveda:

Como quando se vê lá na espessura
De viscoso esteval, onde encoberta
Anda a canina turba, rastejando
A caça, que nas covas têm guarida.
(CORTE REAL, 1979, p. 849)

Sucedem a essa apreciação dos cafres a derradeira agressão aos Sepúlvedas, completamente despojados de suas posses, incluindo suas vestimentas. A cena mais candente diz respeito à nudez de Leonor, suscitando a pudica descrição do poeta:

Chegam com denodada fúria os cafres
A desarmada gente que num ponto
Por eles despojada foi de todo
Sem roupa lhes ficar, ou cobertura.
Tal fica Leonor, qual na montanha
Troiana, a Citeréia foi julgada
Pelo frígio pastor, e das formosas
Três, o preço levou com razão justa.

Assenta-se na branca areia, e cobre
Com o dourado cabelo a lisa carne,
As criadas que a seguem se assentaram
Em torno dela, só por defendê-la
Que dos varões, que ali estavam, não fosse
O seu formoso e casto corpo visto,
Como as ninfas na fonte a Diana guardam.
Que os olhos de Acteon não na divisem.
(CORTE REAL, 1979, p. 849-850)

A narrativa não apenas desqualifica os habitantes da região, estigmatizando-os. Igualmente o espaço é apresentado de modo negativo, predominando a noção de que a terra é seca, estéril e hostil. Desde as primeiras cenas transcorridas na África, a terra é considerada “estéril” (CORTE REAL, 1979, p. 644) e desértica (CORTE REAL, 1979, p. 650), caracterizando um espaço pouco hospitaleiro, impedido de nutrir a quem depende dele: “De dura fome, [Sepúlveda] busca o fruto amargo,/ Que a natureza dá, por terras secas,/ Estéreis, selváticas, bravias” (CORTE REAL, 1979, p. 644).

Sepúlveda é o herói a quem é confiada a salvação do grupo. Para fazê-lo, rumam na direção do rio Lourenço Marques, caminhando, conforme declara o título da obra, trezentas léguas, durante três meses, cortando um território inóspito e enfrentando a hostilidade dos nativos. Trata-se, pois, da narrativa de uma travessia, à maneira de *Os Lusíadas*, se bem que transcorra por terra, e não por mar.

Se, sob esse aspecto, Sepúlveda assemelha-se a Vasco da Gama, por outro, é o avesso do comandante que leva as naus

portuguesas até a Índia, aportando em Calicut. Primeiramente, porque nenhuma entidade sagrada o protege, já que as figuras mitológicas que comparecem à narrativa são atraídas por Leonor de Sá que, mesmo cansada e desnutrida, provoca a paixão de Pan e, depois, de Apolo. Em segundo lugar, porque sua bravura e competência militar não bastam para derrotar os inimigos, ainda que obtenha algum sucesso assim que alcança terra firme. Porém, mais adiante, não é apenas batido pelos adversários, como enganado e iludido, até restar esfomeado, humilhado e mesmo rebaixado por aqueles de quem se considerava melhor e superior. Em uma das cenas finais, seu semblante é “quase defunto”, os olhos estão “agravados e transidos”, o corpo “em sangue tinto, que o selvático, e seco mato a carne com grande crueldade lhe rompia” (CORTE REAL, 1979, p. 857).

Sepúlveda, pois, corporifica o anti-Vasco da Gama, por ser o herói que fracassa, incapaz de prover alimento e segurança para os seus comandados e sua família. Tendo escrito a epopéia depois da derrota dos portugueses em Alcácer Quibir, Corte Real traduz, de certo modo, o desalento de uma nação derrotada em solo africano. Sob esse aspecto, os cafres talvez representem os muçulmanos que venceram o exército liderado por D. Sebastião, assim como esse soberano pode estar corporificado pelo navegante incapaz de levar seus dependentes a um porto seguro. Ao apresentar, nas cenas finais, a personagem sob o paradigma do Cristo que atravessa uma via sacra, Corte Real colabora para a beatificação do herói e, por extensão, do rei que, não tendo sido identificado entre os mortos da batalha de 1578, permaneceu como mito entre seu povo.

De todo modo, se dá voz aos vencidos, Jerônimo Corte Real ainda o faz conforme o prisma dos vencedores, já que não admite o malogro da expedição de Sepúlveda. Prefere reiterar qualificações que, no século XVI, estigmatizavam de modo geral os habitantes do continente africano, corporificados nos cafres, antepassados dos moçambicanos de nossos dias.

3. A segunda viagem - morte

D. Gonçalo da Silveira, nascido em 23 de fevereiro de 1521, pertenceu à Companhia de Jesus, ordenando-se padre em 1545. Em 1556, transferiu-se para a Índia, onde foi provincial até 1559, tendo atuado no porto de Cochim. Em 1559, decidiu desempenhar sua missão catequética nas terras situadas ao longo do rio Zambeze, desde sua foz, em Moçambique, até o Monomotapa, região situada atualmente no Zimbábue. No Monomotapa, procedeu à conversão do imperador, a quem deu o nome de Sebastião. Francisco Correia narra o episódio da conversão:

Gonçalo da Silveira numa casinha [...] improvisou um altar e dizia missa diante de uma imagem da Virgem, que levava de Goa. O rei, que ouvira dizer que ele tinha lá uma mulher bo-

nita, foi logo lá indagar. O Padre Gonçalo disse-lhe: - É a mãe de Deus. À vista disto o rei fez-se cristão e sua mãe, tendo sido batizados numa solene cerimônia e pondo-lhe o nome de D. Sebastião em honra do rei de Portugal, e a sua mãe D. Maria. Foram ainda batizadas mais 300 pessoas. (CORREIA, 2008)

O sucesso dessa iniciativa foi fugaz; Gonçalo da Silveira é acusado de feiticeiro e morto, fato ocorrido em 15 de março de 1561, sendo seu corpo lançado no rio Mussenguezi. Em *Os Lusíadas*, Camões homenageia o mártir, com a estância 93, do Canto X:

Vê do Benomotapa o grande império,
De selvática gente, negra e nua,
Onde Gonçalo morte e vitupério
Padecerá pela Fé santa sua.
Nasce por este incógnito Hemispério
O metal por que mais a gente sua.
Vê que do lago donde se derrama
O Nilo, também vindo está Cuama.
(CAMÕES, 1956, p. 358)

Monomotapa é grafado Benomotapa, região que o poeta qualifica de “grande império”. É habitada por “selvática gente, grande e nua” e possui riqueza, o ouro, “o metal por que mais a gente sua”, sendo essa a razão pela qual também portugueses haviam se dirigido àquele local, a exemplo de Antônio Caiado, o principal intermediário entre os nativos e os lusitanos. Em certo sentido, Camões desmente o diagnóstico posterior de Jerônimo Corte Real, pois, ao contrário do que esse poeta indica, a terra não é estéril, mas fértil em metais preciosos.

4. A viagem por mar e por terra

D. Gonçalo da Silveira é matéria de outra obra literária, o romance de Mia Couto (1955), *O outro pé da sereia*, de 2006, embora ele não constitua a personagem principal, papel preenchido por Mwadia Malunga, esposa do pastor Zero Madzero. Mwadia e Zero residem em região pouco habitada do norte de Moçambique, local onde, em dezembro de 2002, fazem surpreendente descoberta nas águas de um rio: um baú, contendo escritos antigos, e uma estátua em madeira de Nossa Senhora, apresentando essa uma particularidade - tinha “apenas um pé”, já que “o outro havia sido decepado” (COUTO, 2006, p. 38). A trama principal dá conta da iniciativa de Mwadia em levar a estátua para uma igreja, retornando então à sua cidade natal, Vila Longe, até descobrir que a Santa pertencia efetivamente às águas, por corporificar a mítica Kianda, devolvendo-a, pois, ao rio onde a descobrira.

Uma segunda trama conduz à narrativa aos anos 1560-1561, quando a imagem de Nossa Senhora é transportada de Goa, na Índia, para a Ilha de Moçambique, de onde é carregada para o

Monomotapa, região onde, séculos depois, Mwadia Malunga e Zero Madzero a encontram.

O *outro pé da sereia* é formado por dezenove capítulos, narrando os dois primeiros a mencionada descoberta de Mwadia e Zero, bem como a necessidade de a moça dirigir-se até Vila Longe, para depositar a estátua em lugar julgado adequado. É no terceiro capítulo que o romance retroage ao século XVI, operando doravante de modo intercalado: a cada dois capítulos que fazem avançar o relato da trajetória de Mwadia em Vila Longe, transcorrido na atualidade, introduz-se um terceiro, sucedido no passado, à época da colonização. Constitui-se, assim, um núcleo de seis capítulos, apresentando os acontecimentos que esclarecem porque a estátua sagrada acabara no fundo do rio Mussenguezi, que corta a região onde residem Mwadia e Zero. É essa segunda trama a que D. Gonçalo da Silveira protagoniza, iniciada, em 1560, com o embarque do sacerdote na nau Nossa Senhora da Ajuda, em Goa, e encerrada com sua morte por estrangulamento, a que se segue o arremesso de seus pertences à corrente do rio.

Entre o episódio que abre e o que encerra essa segunda trama, narram-se a travessia oceânica, a chegada à Ilha de Moçambique e o trajeto na direção do Império de Monomotapa, onde o jesuíta D. Gonçalo da Silveira, até então provincial na Índia, deseja exercer função catequética, providenciando a “primeira incursão católica” (COUTO, 2006, p. 51) àquele lugar. Acompanham Gonçalo da Silveira o padre Manuel Antunes, encarregado do diário de bordo, e a estátua de Nossa Senhora. O percurso é, desde o começo, marcado pelas dificuldades, já que, logo ao ser embarcada, a imagem escorrega e cai no lodo, sendo recuperada pelo escravo oriundo do antigo Reino do Congo, hoje Angola, Nimi Nsundi, que, identificando a Santa como encarnação de Kianda, se torna devoto dela.

Nimi Nsundi protagonizará os principais episódios que marcam a travessia marítima: atrai a atenção e, depois, a paixão da indiana Dia Kumari, aia de Filipa Caiado, esposa de Antônio Caiado, “comerciante português estabelecido na corte do Imperador de Monomotapa” (COUTO, 2006, p. 60); mais adiante, é flagrado cortando o pé da estátua de Nossa Senhora, a quem deseja devolver ao mar, ação pela qual deverá ser punido com enforcamento, ato, porém, não concretizado, porque o escravo se suicida, jogando-se à água e afogando-se. Morto, Nimi Nsundi suscita a revolta dos cativos que ocupavam os porões do navio, acalmados tão-somente quando D. Gonçalo autoriza a celebração de seus rituais, considerados pagãos pelo jesuíta. Além disso, Nimi Nsundi provoca a identificação de Manuel Antunes, que abre mão de sua fé católica e de seu nome, para se entender como reencarnação daquele.

Manuel Antunes também colabora para que o percurso não seja vivido de modo pacífico por D. Gonçalo da Silveira. Encarregado da escrita do diário, depara-se primeiramente com o novo significado das palavras, especialmente as que designam o lugar para onde se dirigem e as pessoas que deverão encontrar, matéria da reflexão sumariada pelo narrador:

Foi lendo as oficiais escrituras e dando conta dos nomes da viagem e do seu destino. Chamavam de Torna-Viagem a este percurso da Índia para Portugal. E chamavam de Contra-Costa ao Oriente de África. Tudo fora nomeado como se o mundo fosse uma lua: de um só lado visível, de uma só face reconhecível. E os habitantes do mundo oculto nem o original nome de “gentios” mantinham. Designavam-se, agora, de “cafres”. A palavra fora roubada aos árabes. Era assim que esses chamavam aos africanos. Os cafres eram os infiéis. Não porque tivessem outra fé. Mas porque se acreditava não terem nenhuma. (COUTO, 2006, p. 62)

As denominações flagradas por Manuel Antunes parecem confirmar os conceitos formulados pelos dicionários de língua portuguesa, citados antes, sublinhando a data em que seus significados transitam de um conteúdo a outro. Além disso, antecipam o confronto entre o Ocidente e o Oriente, sendo o segundo nomeado por oposição ao primeiro. Por sua vez, ao comparar a costa oriental da África ao lado invisível da Lua, o padre confessa o desconhecimento não apenas do mundo que lhe compete evangelizar, mas também dos seres humanos, interpretados como criaturas procedentes de outro planeta.

Manuel Antunes conscientiza-se aos poucos da instabilidade de sua situação e da fragilidade dos princípios transmitidos durante sua preparação para sacerdote. Por isso, manifesta insatisfação diante da tarefa que lhe é delegada, acabando por tentar queimar os registros diários. Mais adiante, questiona o projeto de catequese em que está envolvido, perguntando a D. Gonçalo se “tem sentido irmos evangelizar um império de que não conhecemos absolutamente nada” (COUTO, 2006, p. 160). Também não concorda com ações inquisitoriais, como “a condenação de Jerônimo Dias, um médico e cristão-novo, queimado publicamente numa praça de Goa” (COUTO, 2006, p. 161). E acusa os portugueses de, em suas conquistas, carregarem consigo o Diabo, sendo que “só mais tarde é que enviamos Deus” (COUTO, 2006, p. 161). Sintoma mais evidente da metamorfose de Manuel Antunes é seu sentimento de estar “ficando negro”, “um cafre”, isto é, “mudando de raça” (COUTO, 2006, p. 163). Explica o narrador:

Até dia 4 de janeiro, data do embarque em Goa, ele era branco, filho e neto de portugueses. No dia 5 de janeiro, começara a ficar negro. Depois de apagar um pequeno incêndio no seu camarote, contemplou as suas mãos obscurecendo. Mas agora

era a pele inteira que lhe escurecia, os seus cabelos se encrespavam. Não lhe restava dúvida: ele se convertia num negro.
- Estou transitando de raça, D. Gonçalo. E o pior é que estou gostando mais dessa travessia do que de toda a restante viagem. (COUTO, 2006, p. 164)

Ao alcançar Moçambique, Antunes completa a metamorfose, declarando “sentir-se cafrealizado” e concluindo: “agora estou certo: ser negro não é uma raça. É um modo de viver. E esse será, a partir de agora, o meu modo de viver” (COUTO, 2006, p. 259), razão porque abandona o sacerdócio e adota o nome de Nimi Nsundi. Ao final da narrativa, sobrevive ao padre Gonçalo da Silveira, levando vida de “feiticeiro, rezador de Bíblia e visitador de almas” (COUTO, 2006, p. 313).

Entre Manuel Antunes e Gonçalo da Silveira, estabelece-se uma relação em que o primeiro apresenta-se como o avesso do segundo: Antunes se deixa assimilar pelo universo africano, enquanto que Gonçalo ambiciona adaptar o mundo exterior às suas convicções religiosas. Quando Antunes deseja repor o pé amputado por Nimi Nsundi, utilizando o material fabricado pelo marceneiro da nau Nossa Senhora da Ajuda, a estátua sangra, expressando sua vitalidade, processo que escapa inteiramente a Gonçalo. Esse igualmente não entende a realidade que o cerca, confessando a Antunes que estava muito desiludido, ao encontrar, na Ilha de Moçambique, a “nação gentílica [...] contaminada por mouros e judeus pestilentos” (COUTO, 2006, p. 255).

Incapaz de decifrar a realidade circundante, o jesuíta não compreende a linguagem de seu compatriota, Antônio Caiado, instalado no Monomopata para alcançar as abundantes riquezas da região, riquezas cuja prospecção provocará mudanças estruturais no local, conforme expõe o narrador:

Os camponeses estavam deixando as suas culturas apenas para se dedicarem à extração do ouro. Já não semeavam, apenas mineiravam e peneiravam. Tudo isso era uma estratégia dos portugueses para enfraquecer o reino. E aquele era apenas um princípio: seguir-se-iam séculos em que os africanos raspavam os ossos da terra para entregarem riqueza aos europeus. (COUTO, 2006, p. 307)

Muito menos entende o comportamento do imperador do Monomotapa, que lhe oferece mulheres, ao vê-lo acompanhado de uma delas, a estátua da Virgem. Gesto que igualmente interpreta de modo equivocado é o pedido, também por parte do imperador, de que tome emprestada a imagem de Nossa Senhora, para com ela passar a noite, atitude que o jesuíta entende como aceitação da religião em que almeja introduzi-lo.

Esse último episódio é representativo não apenas da falta de sintonia entre D. Gonçalo da Silveira e seus interlocutores. Como passa a fazer parte da mitologia concernente à biografia do religioso, de que é exemplo a narrativa de Francisco Correia,

reproduzida antes, aquele episódio reflete igualmente a incompreensão do universo representado pelo Monomotapa por quem se depara com ele munido apenas de valores, princípios e representações ocidentais. Outra e bastante diversa é a interpretação das personagens inseridas nesse contexto, como o pai do escravo Xilundo, que qualifica Gonçalo de feitreiro. Para o velho sábio, o sacerdote português não morreu, mas retornou “ao rio, à casa da eternidade. E não o fazia sozinho. Com ele viajava a mulher de olhar parado, essa que fazia ajoelhar os cristãos” (COUTO, 2006, p. 312).

Manuel de Sepúlveda e Gonçalo da Silveira guardam, assim, muitas afinidades, embora tenham sido matéria de escritos literários distantes no tempo, a epopéia de Jerônimo Corte Real, impressa no final do século XVI, e o romance de Mia Couto, publicado em 2006. O primeiro terminou seus dias ao sul de Moçambique poucos anos antes de o jesuíta aportar mais ao norte. Os dois depararam-se com os “cafres”, que interpretaram como inimigos ou infiéis e que almejavam transformar e dominar, pela violência ou pela catequese. Permaneceram algum tempo no local, percorreram uma grande extensão de terra, para morrerem sem levar a cabo a missão a que se propuseram, em ambos os casos a salvação, seja a de pessoas, como almeja Sepúlveda, seja a de almas, conforme ambiciona Gonçalo da Silveira.

A morte das personagens, ainda que possa ter sido explanada de modo apoteótico ou epifânico, como fazem Jerônimo Corte Real e os biógrafos de Gonçalo da Silveira, a exemplo do citado Francisco Correia, não esconde sua derrota e o fracasso da missão a que se determinaram. O insucesso deve-se, por sua vez, às suas respectivas dificuldades para entender e interagir com o ambiente inusitado que os circunda. Assim, o colonizador, seja o militar Sepúlveda, seja o religioso Silveira, acaba por se tornar vítima do mundo – representado pela natureza para o primeiro e por seus ocupantes para o segundo – a que lhe compete submeter. Ainda que, historicamente, aquele colonizador tenha dominado, administrado e explorado o continente africano, foi ele o perdedor, condição revelada indiretamente na epopéia de Corte Real e explicitamente no romance de Mia Couto, quando as personagens que protagonizam o *Naufrágio do Sepúlveda* ou os capítulos 3, 6, 9, 12, 15 e 18 de *O outro pé da sereia* mostram-se objeto de um ritual que os sacrifica e os devolve à terra, no caso do capitão português, ou à água, como acontece ao jesuíta.

Na epopéia de Corte Real, a derrota de Sepúlveda é compensada pela redenção do herói, louvado em versos que não escondem a incompetência do capitão para lidar com a situação adversa. No romance de Mia Couto, o fracasso de Gonçalo da Silveira é contraposto à decisão de Manuel Antunes, que, ainda na condição de avesso do jesuíta, se deixa absorver pela realidade circundante, não por oportunismo, como faz Caiado, mas por se

identificar com ela. Transforma-se, assim, em criatura híbrida, a meio caminho entre a Europa de onde proveio, sintetizada no comportamento de Silveira, e a África em que deseja se transformar, ao adotar o nome de Nimi Nsundi e aceitar o papel que se espera dele, o de feiticeiro e rezador. No entanto, mesmo a metamorfose de Antunes é incompleta, já que sua clientela atribuiu-lhe um terceiro nome, Manu Antu, evidenciando a impossibilidade da completa ruptura com as origens:

– Não sou Manu Antu! disse ele. Sou Nimi Nsundi. O escravo Xilundo permitiu-se sorrir. O nome “Nimi Nsundi” só existia na cabeça do sacerdote. Na verdade, as pessoas da aldeia chamavam-no de Muzungu Manu Antu e estavam lidando com ele como um nyanga branco. Manuel Antunes, ou seja, Manu Antu, aceitara tacitamente ser considerado feiticeiro, rezador de Bíblia e visitador de almas. (COUTO, 2006, p. 313)

As duas figuras históricas, Manuel de Sepúlveda e Gonçalo da Silveira, somado esse a seu avesso ficcional, Manuel Antunes, explicitam o modo como se deu a relação do europeu ocidental e o mundo africano, representado pelo solo moçambicano. Ao contrário do que se passou na América, que, em grande parte do território (haja vista as histórias do Brasil, da Argentina, dos Estados Unidos e do Canadá, por exemplo) cedeu sua identidade ao colonizador europeu, adotando seus valores, língua, comportamentos e visão de mundo, a África não se deixou domar. Ainda que espoliados de homens e tesouros por intermédio da ação de aventureiros como Antônio Caiado, que figura em *O outro pé da sereia*, e nomeados por vocábulos impróprios e pejorativos como “cafres”, os povos africanos não abriram mão de suas diferentes línguas, cultos, vestuários, tipos de alimentação, enfim, de sua cultura e costumes. O Moçambique de Sepúlveda e Silveira foi invadido, mas não perdeu a identidade; pelo contrário, impôs ao invasor uma nova personalidade, que ele, a duras penas, e nem sempre com integral compreensão dos acontecimentos, adota.

O *Naufrágio do Sepúlveda* e *O outro pé da sereia*, distantes no tempo e nos objetivos, aproximam-se, quando flagram um processo comum, peculiar à história de Moçambique, em particular, e da África, de modo amplo. Eis porque as duas viagens chegam a um mesmo destino, narrando uma história de origens, não por dar conta de uma fundação, mas por revelar o fracasso de um projeto de colonização por esse ter em vista anular uma identidade que se mostra resistente e inquebrantável.

Abstract

Two travels took place between the years 1550 and 1560, leading two Portuguese aristocrats from India to the East Cost of Africa, now Mozambique: Captain Manuel de Sousa Sepúlveda and priest D. Gonçalo de Oliveira. Jerônimo Corte Real narrated the first travel in *Naufrágio do Sepúlveda*, published in 1594; Mia Couto narrated the second, in *O outro pé da sereia*, published in 2006. The two books represent the relations between Africa and Europe.

Keywords: Europe-Africa relations. Disclosure. Hybridism.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE, Isabel de Faria, CORTE-REAL, Jerônimo. . In: _____. *Enciclopédia Verbo das Literaturas de Língua Portuguesa*. Lisboa: Biblos, Verbo, 1995.
- ALMEIDA, M. Lopes. Introdução. In: CORTE REAL, Jerônimo. *Obras*. Porto: Lello, 1979.
- AULETE, Caldas. *Dicionário contemporâneo da língua portuguesa*. Edição brasileira. Rio de Janeiro: Delta, 1958.
- CAMÕES, Luís de. *Os Lusíadas*. São Paulo: Jackson, 1956.
- CORREIA, Padre Francisco. O venerável Padre Gonçalo da Silveira. 2007. Disponível em: <http://www.mundolusiada.com.br/COLONAS/ml_artigo_286.htm>. Acessado em: 12 mar. 2008.
- CORTE REAL, Jerônimo. *Naufrágio de Sepúlveda*. In: _____. *Obras*. Introdução e revisão de M. Lopes de Almeida. Porto: Lello & Irmãos, 1979.
- DENIS, Ferdinand. *Resumé de l'histoire littéraire du Portugal, suivi du Résumé de l'histoire littéraire du Brésil*. Paris: Lecointe et Durey, Libraires, 1826.
- HOLANDA, Aurélio Buarque de. *Dicionário Aurélio eletrônico – século XXI*. [S.l.: s.n.], [200-].
- HOUAISS, Antônio. *Dicionário eletrônico Houaiss da língua portuguesa*. [S.l.: s.n.], [200-].
- MACHADO, Diogo Barbosa. *Bibliotheca Lusitana: Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses*. [S.l.: s.n.], [200-].
- MARTINS, J. Cândido. O Naufrágio de Sepúlveda na narrativa romântica do brasileiro Pereira da Silva: *Jerônimo Corte-Real Crônica do Século XVI*. [200-]. Disponível em: <<http://alfarrabio.di.uminho.pt/vercial/zips/candid13.rtf>>. Acessado em 01 de março de 2008.